

Agora, a reforma tributária

Governadores começam luta para tirar os estados do caos

Eles não falam diretamente em pressão, mas pretendem usar todo o seu poder de barganha — a ser reforçada, principalmente, pelos constituintes eleitos —, para sensibilizar o Governo Federal no sentido de que a medida é extremamente urgente e necessária. A reforma tributária é a principal preocupação dos governadores eleitos, e estes enfrentam a realidade de ter que administrar Estados falidos, obrigados ainda a socorrerem municípios à beira do caos financeiro.

Como presidente nacional da Frente Municipalista, o governador eleito Orestes Quércia estará liderando uma concentração de prefeitos de todo o País, que acontecerá no próximo dia 12, aqui em Brasília. O principal objetivo desse movimento será pressionar os constituintes a efetuarem, com urgência, uma reforma tributária. A Frente quer modificar o atual quadro do País, no qual a União fica com 70 por cento dos recursos e divide os 30 por cento restantes entre os 22 Estados e quatro

mil municípios.

Sai hoje o documento dos representantes dos 22 governadores eleitos pelo PMDB que, reunidos em Belo Horizonte, exigem reforma tributária de emergência. O documento, que será concluído no final da tarde após dois dias de reuniões, vai exigir, principalmente, a elevação da participação do Fundo de Participação de Municípios (FPM) de 16 para 20 por cento, mas com receita ampliada. Atualmente o FPM é formado apenas pelo Imposto de Renda e Imposto

Sobre Produtos Industrializados (IPI), mas os governadores eleitos pelo PMDB pretendem exigir que a receita do FPM tenha como base todos os tributos da União.

Segundo o representante do governador eleito de Minas, Newton Cardoso — que propôs a reforma de emergência durante a reunião dos governadores eleitos, em Brasília — seu secretário da Fazenda em Contagem, Hamilton Parma, não se trata de uma desafio ao Governo Federal.

RIO GRANDE DO SUL

Reivindicação une os partidos

Porto Alegre — Há uma mobilização no Rio Grande do Sul em favor da reforma tributária e que envolve o atual e o futuro governador, a Assembléia Legislativa, os prefeitos e vereadores. Porém como existem indicativos dos técnicos do novo governo de que nem mesmo com a reforma tributária os cofres públicos do Rio Grande conseguirão ser recuperados, há dúvidas quanto à normalização da situação enfrentada pelo Estado que hoje gasta 20 por cento a mais do que arrecada só com o pagamento do funcionalismo.

A maioria dos governadores procurou, ao assumir, anunciar planos de austeridade para regularizar o problema mas as pressões e mobilizações do funcionalismo jogaram por terra estas propostas tanto que a disparidade entre arrecadação e despesa aumenta a cada ano.

UNANIMIDADE

Toda a bancada gaúcha na Constituinte deseja a reforma tributária exatamente para permitir o ingresso de mais recursos no



Pedro Simon

Rio Grande do Sul. Pedro Simon está pessoalmente empenhado na reivindicação tanto que nas reuniões que promoveu com as direções regionais de todos os partidos esta foi a principal argumentação sustentada dentro dos pedidos que o governador fez no sentido de obter apoio e respaldo

ao seu governo. E em todas as reuniões Pedro Simon está ganhando unanimidade em termos de apoio para a sua proposta em defesa da reforma tributária.

Mas antes mesmo da reforma tributária, está em curso — inclusive com a mobilização dos prefeitos — uma investida para obter a revisão da política de isenções fiscais, atualmente praticada pelo governo federal. Segundo avallações já entregues aos constituintes e elaboradas por técnicos do atual e do futuro governo, o grande problema do Rio Grande se constitui nas isenções dadas como incentivos às exportações. Praticamente todos os produtos gaúchos exportados são isentos de ICM ou de outros tributos nos quais o Estado tenha participação. O esquema envolvendo a revisão da política de isenção pede que alguns produtos sejam tributados mesmo que exportados, com o que o Estado teria uma arrecadação da ordem de 30 a 40 por cento maior, de acordo com os levantamentos técnicos e projeções feitas e que estão com os constituintes.



Quercia defenderá a reforma junto a Sarney

SÃO PAULO

Frente lidera pressão

São Paulo — Como presidente nacional da Frente Municipalista, o governador eleito Orestes Quercia estará liderando uma concentração de prefeitos de todo o País, que acontecerá no próximo dia 12 em Brasília. O principal objetivo desse movimento será pressionar os constituintes a efetuarem, com urgência, uma reforma tributária que beneficie tanto os estados como os municípios.

As pressões de Quercia para abocanhar uma maior parcela dos recursos federais deverão ser feitas a partir de uma outra frente. O escritório da representação do Governo paulista em Brasília, que hoje funciona como uma espécie de despachante de luxo, deverá ser dinamizado, com a contratação de assessores econômicos e jurídicos para subsidiar o trabalho dos constituintes de São Paulo.

Ao assumir o Governo no próximo 15 de março, Quercia deverá encontrar uma situação financeira bastante equilibrada. O déficit orçamentário foi redu-

zido no Governo de Franco Montoro de 9,7 por cento, em 1983, para 0,6 por cento ano passado. Assim mesmo precisará de recursos para investimentos já que o ICM, principal tributo estadual, fica praticamente comprometido no pagamento de uma polpuda folha salarial dos 500 mil funcionários públicos do Estado.

Quercia, por um lado, deverá se fazer presente na Constituinte — através da bancada paulista e da Frente Municipalista — para que a reforma tributária seja aprovada. Ela é a garantia mais segura para o aumento do orçamento do Estado visando a realização de seus principais projetos, anunciados no programa de Governo. O que a Frente Municipalista está reivindicando é que pelo menos seja invertida a distribuição dos impostos arrecadados nos estados e municípios. Atualmente a União fica com 70 por cento dos recursos e divide os 30 por cento restantes entre os 22 estados e quatro mil municípios.

BAHIA

Empreguismo piorou a situação

Salvador — A Bahia vive um quadro de desordem financeira muito grave. A situação é de inadimplência, com praticamente todas as instituições de crédito do País e com o Banco Mundial. A dívida total do Estado é de Cz\$ 1 bilhão 189 milhões. A dívida externa gira hoje em torno de 16,8 milhões de dólares.

O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, já definiu que até o dia 15 de março, quando assumir o governo, terá negociado não só a rolagem dessa dívida com os credores, mas também o levantamento de recursos junto ao Governo Federal para tocar os principais problemas que encontrará pela frente, já nos primeiros dias de governo, como a seca, que está assolando grande parte do Estado, e o funcionalismo público, que entrou numa onda de greve pelo atraso do pagamento.

O ano eleitoral de 1986 foi desastroso para as finanças da Bahia. Até 1985, o Estado tinha 120 mil servidores mas com as eleições de 86 este número subiu para 250 mil, graças às contratações feitas, pratica-



Pires teme o caos

mente na boca de urna, que em nada ajudaram o candidato governista, Josaphat Marinho, fragorosamente derrotado. Em consequência, toda a arrecadação de ICM está sendo destinada ao pagamento do pessoal.

Waldir Pires tem mantido contatos com a área de planejamento do Governo Federal, a fim de obter "recursos básicos para investimentos, porque os recursos do Estado não dão sequer para a folha de pagamento dos servidores".

Além disso, já manteve contatos com o Banco Mundial não só para rolagem da dívida externa baiana como também para pedir dólares para alguns problemas que pretende desenvolver na área agrícola.

O governador eleito da Bahia está preocupado com o quadro da economia brasileira, que implicará em dificuldades não só para a Bahia mas para os demais estados obterem recursos junto ao Governo Federal. Não fala em exercer qualquer tipo de pressão, mas com certeza vai utilizar a sua forte bancada no Congresso e a própria importância econômica da Bahia para sensibilizar o Governo.

De imediato, solicitar recursos ao Ministério do Interior para aplicar no programa de combate à seca, que já atinge a 160 municípios, ameaçando comprometer toda a safra agrícola deste ano. O Estado, segundo Waldir Pires, não dispõe de nenhum sistema eficaz de irrigação e armazenamento e é totalmente desparelhado em termos de política pública de combate à seca.

GOIÁS

Antes, medidas de emergência

Goiania — Além da reforma tributária que advirá com a nova Constituição, o governador eleito de Goiás, Henrique Santillo, quer que a Constituinte ou o Congresso Nacional aprovem uma reforma emergencial "para tirar do sufoco financeiro em que se encontram os estados e municípios". Ele afiança que já tem acertado com a bancada de seu Estado uma ação nesse sentido junto à Constituinte, inclusive para se viabilizar a reforma tributária emergencial. "Mas não estou apenas nisso. Estou tomando outras providências também. Em primeiro lugar já tenho, de forma adiantada, o levantamento da situação financeira do Estado de Goiás e vamos trabalhar já nos próximos dias, em relação ao Governo Federal, contactando a área econômica, para o saneamento financeiro do Estado".

Santillo revela que terá de rolar, até o final deste ano, uma dívida já vencida ou a vencer, de montante de 10,5 bilhões de cruzados.

"Vamos ter que rolar esses débitos e sanear por aí as finanças estaduais. Ao mesmo tempo estou trabalhando numa reforma administrativa que venha a agilizar a máquina administrativa e promover uma maior austeridade ainda no trato da questão pública para darmos uma resposta

à sociedade. Não estou de braços cruzados diante do problema interno que estamos vivendo. Já estou me preparando para, ao assumir o Governo a 15 de março, dar uma resposta a isso, a essa necessidade de reduzir custos na manutenção da máquina administrativa — isso sem demissões".

O governador eleito de Goiás observou que uma reforma tributária emergencial não poderá mexer muito no atual modelo. O que ele espera é aumentar um pouco a participação dos estados e municípios na divisão do bolo de recursos. Ele advoga a reivindicação dos estados exportadores, que querem ser ressarcidos quanto à isenção do ICM. "Estamos atentos à questão dos estados do Centro-Oeste, que precisam se fortalecer financeiramente para aplicarem na construção de obras de infra-estrutura física para suporte não apenas do desenvolvimento regional, mas do País".



Santillo: urgência

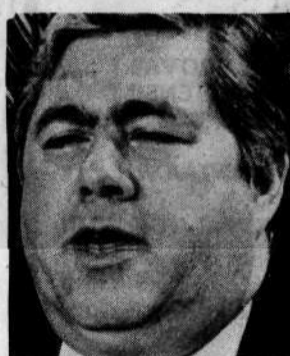
MINAS GERAIS

Primeiro vem a união

Belo Horizonte — Uma reforma tributária de emergência é a principal medida prática que o governador eleito Newton Cardoso deseja ver implantada, para quando assumir não ficar tolhido e asfixiado pelas dificuldades financeiras do Estado e do País. Mas, a médio e longo prazos, ele defende uma reforma tributária total via Constituinte para que Minas e os demais estados da Nação e também os municípios não precisem buscar recursos em Brasília, quando eles poderiam estar mais próximos.

Com base nos dados levantados pelos seus assessores, Newton Cardoso poderá levar para a Constituinte, através da bancada mineira do PMDB, a mais numerosa da Constituinte, e mesmo de outros partidos, uma idéia mineira para a solução dos graves problemas econômicos, financeiros e sociais que assolam os mineiros e brasileiros.

E para ter uma bancada unida e forte Newton Cardoso tem feito tudo para prestigiar os políticos e lutar por seus interesses diretamente. Nas duas últimas semanas tem promo-



Cardoso: primazia

vido encontros individuais e em grupo com os deputados federais mineiros do PMDB principalmente para discutir a melhor maneira de Minas e os mineiros terem seus direitos defendidos na nova Constituição.

Paralelamente, Newton Cardoso trabalha visando ter respaldo tanto a nível estadual como Federal para suas idéias. Não é à toa que ele está convidando para secretário da Fazenda o tributarista João Batista de Abreu, atual secretário-geral do Ministério da Fazenda, e reivindica postos chave no Governo Federal de volta para Minas, como o do ex-ministro Francisco Dorneles.

Voz, Fala, Inibição

CONSULTE O PROF. SIMON WAJNTRAUB
• AULA DE ORATORIA EM GRUPO PARA PERDER A INIBIÇÃO E MELHORAR O IMPROVISO (SALA DE CONVENÇÕES, COM PALCO E VT)
• CORREÇÃO DOS PROBLEMAS DA VOZ E DA FALA
• 6 FITAS K-7, VALOR Cz\$ 1.000,00, DICÇÃO, IMPOSTAÇÃO E ORATORIA, MATRIZ RJ (0217)
SP, BH, DF, GO E SALVADOR
"Consultas em Brasília, ligar para o Rio de Janeiro 236-5223"